

**Identidades de gênero na modernidade líquida:
mapeamento de políticas públicas na educação do Brasil**

*Gender identities in liquid modernity:
mapping public policies in Brazil education*

Thiago Luiz SARTORI¹
Bruno Gomes PEREIRA²

Resumo

Nesse artigo, apresentamos um mapeamento de pesquisas publicadas nos últimos quatro anos (2018-2022), as quais discutem aspectos de identidades de gênero a partir das políticas públicas de acesso e permanência de homossexuais na educação superior do Brasil. A fundamentação teórica está alojada no campo interdisciplinar dos estudos aplicados da linguagem em interface com investigações da Sociologia humanística, por acreditarmos que ambas as vertentes teóricas oferecem diretrizes satisfatórias às discussões nesse trabalho. A metodologia é de natureza bibliográfica e documental. Os dados de pesquisa foram extraídos da base da *Scielo*, obedecendo ao recorte de tempo supramencionado, bem como à aderência ao escopo da temática aqui discutida. Os dados revelam poucos desdobramentos científicos a respeito do referido assunto, indicando a necessidade de expansão acadêmica.

Palavras-chave: Ensino Superior. Linguagem. Políticas Públicas. Pós-Modernidade.

Abstract

In this article, we present a mapping of research published in the last four years (2018-2022), which discuss aspects of gender identities from the public policies of access and permanence of homosexuals in higher education in Brazil. The theoretical foundation is housed in the interdisciplinary field of applied language studies in interface with investigations of humanistic Sociology, as we believe that both theoretical strands offer satisfactory guidelines for the discussions in this work. The methodology is bibliographic and documentary in nature. Research data were extracted from the Scielo database, following the aforementioned time frame, as well as adherence to the scope of the theme discussed here. The data reveal few scientific developments regarding this subject, indicating the need for academic expansion.

Keywords: Higher Education. Language. Public Policy. Post-Modernity.

¹ Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN). E-mail: tsartori@hotmail.com

² Doutor em Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor da Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN). Bolsista Produtividade da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP). E-mail: brunogomespereira_30@hotmail.com

Introdução

Compreender os meandros de uma sociedade dita “líquida”, nos termos de Bauman (2008, 2004) não tem se mostrado como algo fácil. Isso porque o homem, ao assumir-se genuinamente social, apresenta alterações comportamentais e ideológicas³ a depender de aspectos sociopragmáticos. Estas alterações, no entanto, têm se configurado como vez mais constantes, uma vez que semiotizam os anseios humanos em consonância com a própria evolução social.

Estamos aqui entendendo o ser humano como animal social não apenas porque constroi a sociedade, mas principalmente porque o social é construído a partir dele, tal como assevera Hanks (2008), a partir dos postulados de Bakhtin (2006; 2003; 1984). O filósofo russo, ainda que não tivesse foco em aspectos puramente comportamentais, projetava interferências de aspectos abstratos na construção de um artefato linguístico e ideológico do homem a partir das relações que este construía em seu meio.

A partir dos aspectos movedições da sociedade pós-moderna, as Políticas Públicas de Educação Superior (PPES) têm se apresentado como possibilidades de semiotização de práticas sociais contemporâneas, as quais estão diretamente associadas aos conceitos e prioridades de um homem emergente. Diante disso, é válido citarmos a ênfase política dada à criação de cotas, entendidas como medidas governamentais que podem viabilizar o acesso e a permanência de grupos subalternizados por uma hegemonia social. Encaixam-se, neste escopo, pessoas homossexuais, entendidas como travestis ou transexuais (SARTORI, 2022; SARTORI, 2020; SOUSA; GRAUPE; LOCKS, 2019; NARDI; SILVEIRA; MACHADO, 2013).

Diante disso, o objetivo deste artigo é apresentar um mapeamento de pesquisas publicadas nos últimos quatro anos (2018-2022), as quais discutem aspectos de identidades de gênero a partir das políticas públicas de acesso e permanência de homossexuais na educação superior do Brasil. Isso porque existe uma discussão sobre PPES ainda pouco redimensionada para este público, em especial.

A Fundamentação Teórica está alojada no campo interdisciplinar dos estudos aplicados da linguagem (KLEIMAN, 2013; MOITA LOPES, 2013; MOITA LOPES,

³ Não é nossa intenção apresentar uma discussão exaustiva acerca do conceito de ideologia. Para maiores informações, consultar os trabalhos de Fiorin (2011), Cunha (2011) e Dias (2005), nos quais os autores conferem ao referido termo capacidades discursivas e intencionais, construídas a partir da relação entre enunciadore dentro de um contexto maior.

2006a; MOITA LOPES, 2006b; MOITA LOPES, 2003; PENNYCOOK, 2006) em interface com investigações da Sociologia Humanística (BAUMAN, 2008; BAUMAN, 2004; LATOUR, 2000; LATOUR; WOOLGAR, 1997), por acreditarmos que ambas as vertentes teóricas oferecem diretrizes satisfatórias às discussões nesse trabalho. Isso porque agregam discussões já tradicionais sobre aspectos comportamentais e ideológicos das transformações sociais.

A Metodologia é de natureza bibliográfica e documental, pois entendemos como documento as pesquisas científicas que constituem o *corpus* deste artigo, partindo do princípio de que semiotizam ideologias sociais dentro de um determinado recorte de tempo e espaço (PEREIRA; ANGELOCCI, 2021; LAKATOS; MARCONI, 2013; SÁ-SILVA *et al*, 2009; CELLARD, 2008; BORTONI-RICARDO, 2008; SEVERINO, 2007). Os dados de pesquisa foram extraídos da base da *Scielo*, obedecendo ao recorte de tempo supramencionado, bem como à aderência ao escopo da temática aqui discutida.

A partir dos argumentos elencados até aqui, esse artigo procurou responder a seguinte problemática de pesquisa: como as pesquisas acadêmicas, publicadas nos últimos quatro anos (2018-2022), discutem aspectos de identidades de gênero a partir das políticas públicas de acesso e permanência de homossexuais na educação superior do Brasil?

Em suma, os dados revelam poucos desdobramentos científicos a respeito do referido assunto, indicando a necessidade de expansão acadêmica. Isso, por sua vez, pode ser visto como indicativo para desdobramentos de pesquisas científicas vindouras.

Estudos aplicados da linguagem e modernidade líquida: um panorama

Vivemos numa sociedade em que o comportamento humano se mostra cada vez mais instável, orientado por relações fluidas entre atores sociais humanos e não humanos. Em meio a esta modernidade dita líquida (BAUMAN; 2008; BAUMAN, 2004), a produção do saber científico tenta se adequar às propostas de um paradigma emergente, ao entender que estas interações são motivadas por questões não somente biológicas e\ou da linguagem, mas, sobretudo, por razões psicológicas, filosóficas, psicolinguísticas, pedagógicas, etc. Dessa forma, o pesquisador deve considerar seu objeto de estudo pelo viés de interação entre essas áreas do saber humano, acompanhando o movimento do

contexto social em que este objeto está situado (PEREIRA, 2014; KLEIMAN, 2013; MOITA LOPES, 2006a; MOITA LOPES, 2003; PENNYCOOK, 2006).

É nessa perspectiva que realizamos esse percurso científico. Estamos no campo interdisciplinar da Linguística Aplicada (LA) em interface com a Sociologia Humanística (SH), tendo como objeto de análise discursos acadêmicos recentes que se constituem a partir da discussão sobre PPES e de aspectos ligados às identidades de gênero. Isso se mostra conivente ao recorte teórico que propomos, considerando que a LA e a SH apresentam um arsenal científico significativo no que compete ao entendimento do comportamento humano e de minorias sociais (MOITA LOPES, 2013; MOITA LOPES, 2006a; MOITA LOPES, 2006b; MOITA LOPES, 2003; PENNYCOOK, 2006).

Entendemos a LA como uma área do conhecimento capaz de se constituir a partir de várias outras vertentes das Ciências Humanas com o objetivo de problematizar o objeto de estudo (MOITA LOPES, 2006a; PENNYCOOK, 2006, RAJAGOPALAN, 2006). Nesse escopo, podemos inserir a SH, pois a compreendemos não como teoria, mas sim como um conjunto de saberes sociais de extrema relevância ao entendimento de fenômenos ideológicos e filosóficos desencadeados a partir do movimento humano (BAUMAN, 2008; BAUMAN, 2004).

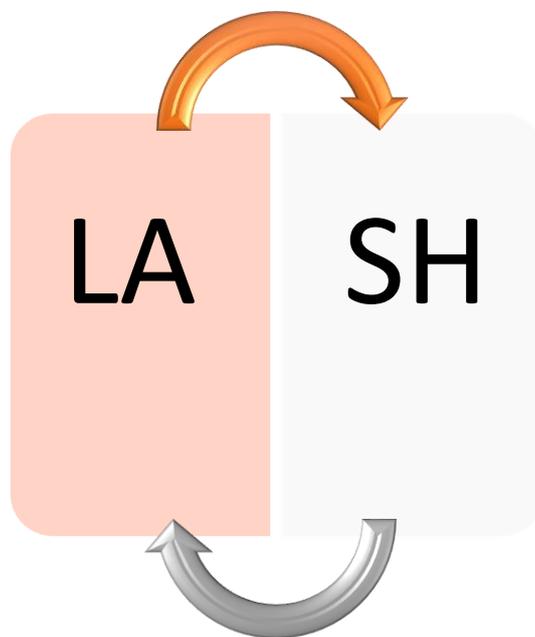
Signorini também endossa este pressuposto ao compreender a LA enquanto “uma espécie de interface que avança por zonas fronteiriças de diferentes disciplinas” (SIGNORINI, 1998, p. 100). Desse modo, inferimos que a LA busca uma concepção de pesquisa em que o objeto de análise deixe de ser visto apenas por uma ótica, e torne-se algo complexo a partir do entrelaçamento coerente entre vários saberes, que devem agir de maneira complementar (PEREIRA, 2014; MOITA LOPES, 2003; PENNYCOOK, 2006; RAJAGOPALAN, 2006).

Nesse sentido, a LA parece caminhar próxima à ideia de complexidade, proposta pela *Teoria da Complexidade*. Trata-se do atual paradigma emergente, que propõe um olhar da sociedade enquanto *tecido* ou *rede*, em que é constituído por diferentes concepções teórico-filosóficas que estão “inseparavelmente associadas” (MORIN, 2011, p.13). Essa maneira de perceber o objeto de pesquisa é responsável por suscitar constantes questionamentos no pesquisador, pois o investigador é induzido a ver este objeto em consonância com o movimento da sociedade em si.

Na tentativa de situar o leitor a respeito do movimento interdisciplinar, que buscamos estabelecer em nossa pesquisa, propomos abaixo uma figura que ilustra a visão

fluida entre as partes do conhecimento humano conforme a LA. Trata-se de uma figura adaptada de Pereira (2014).

Figura 1: Esquema interdisciplinar da LA



Fonte: Adaptada de Pereira (2014)

A figura acima sintetiza as articulações teóricas que propomos nest trabalho. Situamos a LA como campo central de investigação, mantendo relações diretas com outras ciências, conforme seu perfil interdisciplinar. Propomos uma relação da LA com a SH. A Sociologia, porque entendemos que os principais atores humanos de nossa pesquisa são reflexos da fluidez da atual conjuntura social (PEREIRA, 2014).

Portanto, a LA é uma profícua área do conhecimento capaz de demandar aportes metodológicos asseguradores da integridade tanto física quanto moral dos participantes envolvidos. Logo, pensar pesquisa em LA, além de adotar uma postura interdisciplinar, é também considerar os atores sociais envolvidos como participantes merecedores de respeito ao contexto em que vivem (PEREIRA, 2014; MOITA LOPES, 2013; MOITA LOPES, 2006a; MOITA LOPES, 2006b; MOITA LOPES, 2003; PENNYCOOK, 2006).

Identidades de gênero no olhar dos estudos aplicados da linguagem

Estamos entendendo o termo “identidades” como representações imagético-sociais de caráter filosófico, psicológico e ideológico, ao considerar que o mesmo sujeito

pode se perceber de diferentes formas no mundo. Isso, por sua vez, é constituído a partir da égide de resignificação do próprio eu mediante aos fatos sociais. Em outras palavras, embora o sujeito seja único, este não será uníssono sobre as várias maneiras de agir diante de diferentes fenômenos pragmático. Logo, podem existir múltiplas identidades a partir do mesmo sujeito social (CASTRO, 2018; CASTRO, 2010; MAHER, 1998; LOURO, 2007).

Nesse sentido, questões de identidades têm relação direta com a perspectiva de marginalização social, advinda da estudos sobre colonização ideológica e construção de discursos de periferização a partir do lugar de sujeito subalterno. Logo, entender a questão de identidades perpassa pela ideia de entender de que maneira o processo de suleamento pode significar a realocização do sujeito a uma estrutura social abissal (CASTRO, 2018; CASTRO, 2010; MAHER, 1998; LOURO, 2007).

É nesse contorno que alojamos a questão do gênero, entendido como reportagem a uma cultura de colonização ideológica, bastante latente em um contexto social hegemônico. Assim, o gênero aqui ganha percepções de mosaico, pois se constitui como espaço e instrumento de resistência. O ato de resistir tem relação com uma postura pluralista e socialmente de imposição de seu lugar de fala (FABRÍCIO, 2017; BUTLER, 2003; BUTLER, 1997).

A instabilidade social, entendida por Bauman (2008, 2004) como modernidade líquida, ajuda a caracterizar o gênero como área movediça em dois sentidos: a) por se constituir como campo de investigação fértil ao entendimento do comportamento humano; e b) por semiotizar projeções de vozes suleadas, tendo sido histórica e socialmente deixadas à margem. Isso, por sua vez, agrega questões de empoderamento/silenciamento de comunidades linguísticas.

A ideia de empoderamento que trazemos à baila é condizente com as contribuições de Bourdieu (1989), sob um olhar sociológico da sociedade pós-moderna. Nesse sentido, prospectamos a necessidade de empoderarmos as discussões sobre identidades de gênero, considerando que este aferimento de poder extrapole as barreiras simbólicas do discurso e se constitua como princípio ético e elementar da prática humana.

Em síntese, entendemos que o campo de estudos sobre identidades de gênero configura-se como interdisciplinar, pois apresenta focos de interesse de vários campos do saber humano. Isso porque ilustra as demandas internas das conjunturas sociais.

Metodologia da pesquisa

Esta pesquisa é de natureza bibliográfica e documental de abordagem qualitativa. Trata-se, portanto, de estratégias metodológicas bastante recorrente no campo investigativo das Ciências Humanas e Sociais, as quais se desenvolvem a partir do forte teor intersubjetivo das evidências, o que exige do pesquisador um olhar sensível ao entorno em que os dados foram gerados e coletados (LAKATOS; MARCONI, 2013; BORTONI-RICARDO, 2008; SEVERINO, 2007).

A pesquisa bibliográfica consiste na mobilização e sistematização de leituras da área mobilizada, com vistas a oferecer subsídios teóricos capazes de complexificar e ressignificar as propriedades discursivas da literatura vigente. Trata-se, portanto, de uma metodologia investigativa complexa, pois considera olhares holísticos de quem se propõe a operar os diálogos teóricos (PEREIRA; ANGELOCCI, 2021; SEVERINO, 2007).

Já a pesquisa documental pode ser entendida como aquela que se constitui a partir da descrição e tratamento de documentos responsáveis por nos ajudar a entender os movimentos sociais de uma dada época e lugar (SÁ-SILVA *et al*, 2009; CELLARD, 2008). Estamos entendendo como documentos todos os textos acadêmicos mapeados neste artigo, por entendermos que eles nos ajudam a compreender o atual momento da investigação nacional sobre questões de gênero e PPES.

A busca pela expressão “políticas públicas e gênero”, na plataforma da *Scielo Brasil*, revela uma ocorrência de 279 resultados. A partir disso, selecionamos 5 destas ocorrências a partir dos seguintes critérios: a) terem sido publicados entre 2018 e 2022; e b) terem aderência expressiva à temática de políticas públicas no ensino superior e identidades de gênero no mundo pós-moderno.

Apresentação, sistematização e descrição dos dados

Apresentamos aqui a sistematização e descrição dos dados desta pesquisa. Abaixo, segue a relação de publicações acadêmicas, as quais procuram responder problematizações acerca de PPES com ênfase na construção identitária de gênero no bojo de uma sociedade líquida. Entendemos que tais produções discutem aspectos voltados ao acesso e à permanência de pessoas homossexuais em instituições de ensino públicas no recorte de tempo dos últimos quatro anos. O Quadro 01 foi construído a partir de

ocorrências contidas na base de consulta da *Scielo Brasil*. Os artigos estão disponíveis abaixo seguindo ordem crescente de data das publicações.

Quadro 01: Relação de Publicações na base da *Scielo Brasil* (2018-2022)

Autor (es)	Título	Objetivo Geral	Ano
Juliana Lapa Rizza, Paula Regina Costa Ribeiro e Maria Renata Alonso Mota	A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as	Investigar algumas políticas de formação de professores/as, a fim de pensar os efeitos de verdade que essas políticas têm produzido.	2018
Maria Ignez Costa Moreira, Carolina Dantas Brito, Carolina Mesquita Oliveira e Cláudio Eduardo Resende Alves	Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas	Analisar concepções de gênero presentes no documento “Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres (2011)”	2018
Antônio Carlos de Moraes Neto, Luisa Hercowitz Tagnin, Alisson Costa de Araújo, Maria Isabele Oliveira Sousa Brígida Gabriele Albuquerque Barra e Andrea Hercowitz	Ensino em Saúde LGBT na Pandemia da Covid-19: Oportunidades e Vulnerabilidades	Entender como a pandemia da Covid-19 e as medidas sanitárias de isolamento social impuseram a necessidade de reestruturação do ensino, com foco na educação em saúde da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).	2020
Tatiane Lima	Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior	Discutir sobre como os debates de gênero e sexualidade durante a educação básica podem interferir no acesso de transexuais e travestis à educação superior, com base nos dados obtidos por meio de pesquisas realizadas por iniciativas de projetos, produções acadêmicas e organizações não governamentais (ONGs), identidades de gênero na escola.	2020
Mariana Mazzini Marcondes; Maria Arlete Duarte de Araújo, Washington José de Souza e	Transversalidade de gênero em políticas públicas no Rio	Investiga as condições institucionais para a transversalidade de gênero em políticas para mulheres e população LGBTQIA+ no	2022

Clara Carolina Cândido do Nascimento	Grande do Norte (2003-2021)	Estado do Rio Grande do Norte (RN), em suas desarticulações com o Governo Federal, no período de 2003 a 2021.	
--	--------------------------------	--	--

Fonte: Os autores

O artigo intitulado “A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as”, de Juliana Lapa Rizza, Paula Regina Costa Ribeiro e Maria Renata Alonso Mota (2018), investiga políticas públicas de formação docente a partir de aspectos ideológicos que assolam o contexto de cursos de licenciatura. Trata-se de uma pesquisa que percebe a sexualidade como instrumento de efeitos ideológicos.

Do ponto de vista dos estudos sobre gênero na LA, há um estereótipo de que os cursos de formação de professores, sobretudo os das áreas das Ciências Humanas, apresentam ingressantes homossexuais. Isso, por sua vez, pode ser um fator responsável por ajudar na manutenção de uma visão errônea, com origem na educação infantil, que consiste no apagamento da figura do homem como educador nas séries iniciais da educação básica (CASTRO, 2010; CASTRO 2018).

Por sua vez, o artigo de título “Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas”, de Maria Ignez Costa Moreira, Carolina Dantas Brito, Carolina Mesquita Oliveira e Cláudio Eduardo Resende Alves, apresenta um percurso analítico sobre a percepção de “gênero” contida no documento “Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres (2011)”. Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental analítico-descritiva, a qual buscou caracterizar aspectos semióticos na escrita do referido texto acerca da construção identitária do gênero “trans”.

Historicamente, o gênero “trans” sempre foi associado à ideia de submissão e de incapacidade de desenvolver certas atividades em comparação aos demais gêneros. Nesse caso, é possível entendermos que houve socialmente uma espécie de marginalização da pessoa “trans”, que encontrou dificuldades expressivas em se manter em uma sociedade dominada pelo discurso hétero (SARTORI, 2020; MAHER, 1998; LOURO, 2007).

Em “Ensino em Saúde LGBT na Pandemia da Covid-19: Oportunidades e Vulnerabilidades”, Antônio Carlos de Moraes Neto, Luisa Hercowitz Tagnin, Alisson Costa de Araújo, Maria Isabele Oliveira Sousa Brígida Gabriele Albuquerque Barra e Andrea Hercowitz (2020) tentam entender a pandemia do COVID-19 como motivadora

da reestruturação de ensino, entendendo as medidas de isolamento como estratégias elementares para isso. A partir disso, os autores focam na educação em saúde da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), entendendo-os como um público quantitativamente expressivo face a população nacional.

Do ponto de vista da LA e da SH, entender a educação em saúde requer considerar também a premissa pragmática, partindo do princípio de que o meio em que a pessoa vive pode apresentar gatilhos fundamentais às alterações de comportamento (FABRÍCIO, 2017; CASTRO, 2010; PENNYCOOK, 2006; RAJAGOPALAN, 2006; MOITA LOPES, 2003). Nesse sentido, entendemos que o período de reclusão, característico do isolamento social do período pandêmico, foi fator essencial para que a educação em saúde pudesse ganhar relevância no cenário das políticas públicas.

Já o texto “Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior”, de Tatiane Lima (2020), apresenta uma discussão sobre debates de gênero e sexualidade no contexto da educação básica no Brasil. De acordo com a autora, investigar sobre isso pode nos ajudar a entender sobre o acesso de transexuais e travestis à educação superior.

Nesse âmbito, do ponto de vista discursivo, há uma relação de causa e efeito a partir da análise do eixo fabular na história de vida do aluno “trans”. Em LA, compreender a história de vida das pessoas é fator basilar à compreensão do ser humano que se tornou, considerando que aspectos do contexto de cultura e de situação podem ser definidos à construção do comportamento humano (FABRÍCIO, 2017; CASTRO, 2018; CASTRO, 2010).

Por fim, o trabalho de Mariana Mazzini Marcondes; Maria Arlete Duarte de Araújo, Washington José de Souza e Clara Carolina Cândido do Nascimento (2022), intitulado “Transversalidade de gênero em políticas públicas no Rio Grande do Norte (2003-2021)”, apresenta a construção de um percurso de análise “sobre a transversalidade de gênero em políticas para mulheres e população LGBTQIA+ no Estado do Rio Grande do Norte” (p. 01). Para isso, os autores fizeram uma análise bibliométrica com vistas a entender aspectos assimétricos entre as questões de gênero e as diretrizes governamentais.

Do ponto de vista dos estudos aplicados da linguagem, a dissonância discursiva pressupõe a assimetria entre o querer e o poder. Em outras palavras, quando ocorre a não concordância entre enunciadores, é necessário levarmos em consideração princípios intencionais e funcionais, que estão relacionados às ressignificação de discursos advindos

de uma estrutura social maior, como o Estado, por exemplo. Este, por sua vez, configura-se como um aparelho ideológico baseado na relação entre subordinante e subordinado, não estando interessado, pois, em uma relação simétrica (MOITA LOPES, 2013; FIORIN, 2011; MOITA LOPES, 2006a; MOITA LOPES, 2006b; MOITA LOPES, 2003; PENNYCOOK, 2006; BOURDIEU, 1989).

Considerações finais

A partir dos argumentos que mobilizamos neste artigo, é possível entender que as pesquisas acadêmico-científicas brasileiras ainda carecem de discutir aspectos ligados ao acesso e à inclusão de pessoas homossexuais no cenário da educação superior. Evidentemente, existem várias pesquisas que tentam dar conta de acontecimentos ligados à identidade de gênero e às PPES, porém ainda de maneira desarticulada. Entendemos que isso tende a não refletir as demandas do atual cenário social, que se redesenha a partir da reverberação das minorias sociais (MOITA LOPES, 2003; PENNYCOOK, 2006; RAJAGOPALAN, 2006).

Nesse sentido, retomamos à pergunta de pesquisa mencionada na introdução deste trabalho: como as pesquisas acadêmicas, publicadas nos últimos quatro anos (2018-2022), discutem aspectos de identidades de gênero a partir das políticas públicas de acesso e permanência de homossexuais na educação superior do Brasil? A referida problematização foi respondida a partir do mapeamento que propomos aqui, o qual nos alerta da necessidade de falarmos ainda mais deste assunto.

O vozeamento conferido aos homossexuais no contexto das pesquisas acadêmicas parece ainda estar atrelado ao lugar de fala ligado à inferiorização. Isso porque, muitas vezes, o sujeito é realocado na condição de minoria constantemente reprimida, o que acaba lhe rendendo uma espécie de expulsão do meio educacional (SARTORI, 2022; SARTORI, 2020; CASTRO, 2018; CASTRO, 2010).

Por fim, esperamos que esta pesquisa possa incentivar a produção acadêmica sobre o referido assunto, entendendo a emergência em conferir voz às pessoas que se sentem deslocadas no contexto da educação superior no que concerne às identidades de gênero que assumem. Além disso, também é necessário problematizarmos a diferença entre acesso à educação superior e permanência à educação superior no domínio das

políticas públicas, partindo do princípio de que as cotas parecem responder apenas ao primeiro desses critérios.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo/SP: HUCITEC, 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo/SP: HUCITEC, 2003.

BAKHTIN, M. **Problems of Dostoevsky's poetics**. London: University of Minnesota Press, 1984.

BAUMAN, Z. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del sexo**. Buenos Aires: Paidós, 1997.

CASTRO, N. M. **Histórias de in/exclusão na escola: análise semiótica de histórias de vida e de formação de acadêmicos homossexuais na UFT**. 2018. 177f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ensino de Língua e Literatura). Universidade Federal do Tocantins, UFT, Araguaína: TO, 2018.

CASTRO, N. M. **Representações de identidades de gênero e de sexualidade nos discursos de professores de educação infantil**. 2010. 123f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Linguística Aplicada) Instituto de Estudos da Linguagem, IEL, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: SP, 2010.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CUNHA, D. C. da. Formas de presença do outro na circulação dos discursos. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n.5, p. 116-132, 1º semestre 2011.

DIAS, L. F. Significação, e Forma Linguística na Visão de Bakhtin. In.: BRAIT, B. (Org). **Bakhtin: Dialogia e Construção do Sentido**. Campinas: UNICAMP, 2005. p. 99-107.

FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada e visão de linguagem: por uma Indisciplinaridade radical. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 599-617, 2017.

FIORIN, J. L. A Linguagem em Uso. In.: FIORIN, J. L. (Org). **Introdução à Linguística: Objetos Teóricos**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 165-186.

HANKS, W.F. **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo/SP: Cortez, 2008.

KLEIMAN, A. B. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: Problematizações. In.: MOITA LOPES, L. P. da. (Org). **Linguística aplicada na modernidade recente: Festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 39-58.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LIMA, T. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 77, dez 2020.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MAHER, T. M. Sendo índio em português. In: SIGNORINI I. (Org.). **Lingua(gem) e Identidade: Elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas, SP: Mercado de Letras; FAPESP; FAEP/UNICAMP, 1998, v. 1, p. 115-138.

MARCONDES, M. M. *et al.* Transversalidade de gênero em políticas públicas no Rio Grande do Norte (2003-2021). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n.3, p. 373-392, maio - jun. 2022.

MOITA LOPES, L. P. da. Da aplicação de linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In.: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. **Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 11-24.

MOITA LOPES, L. P. da. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In.: MOITA LOPES, L. P. da. (Org). **Por**

uma linguística aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006a. p. 85-106.

MOITA LOPES, L. P. da. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In.: MOITA LOPES, L. P. da (Org). **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006b. p. 13-43.

MOITA LOPES, L. P. da. (Org). **Discursos de identidades:** discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2003.

MORAIS NETO, A. C. de. Ensino em Saúde LGBT na Pandemia da Covid-19: Oportunidades e Vulnerabilidades. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44 (sup.1) : e 0157, 2020.

MOREIRA, M. I. C. *et al.* Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 234-242, maio-ago. 2018.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** 4 ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

NARDI, H. C.; SILVEIRA, R. S.; MACHADO, P. S. (Org.). **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In.: MOITA LOPES, L. P. da. (Org). **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

PEREIRA, B. G. **Professores em formação inicial no gênero relatório de estágio supervisionado:** um estudo em licenciaturas paraenses. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2014.

PEREIRA, B. G.; ANGELOCCI, M. A. **Metodologia da pesquisa.** Pará de Minas (MG): Editora VirtualBooks, 2021.

RAJAGOPALAN, K. Repensar o papel da linguística aplicada. In.: MOITA LOPES, L. P. da (Org). **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 149-167.

RIZZA, J. L.; RIBEIRO, P. R. C.; MOTA, M. R. A. A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e176870, 2018.

SARTORI, T. L. Análise da Educação Brasileira em Face ao Estudo da Sexualidade: Marginalização da Educação Sexual na BNCC. **Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 23 , n. 00 , e022001, jan./dez. 2022.

SARTORI, T. L. **Educação, direitos humanos e violência homofóbica no ambiente escolar**: a concepção dos gestores. 2020. 130f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, São Caetano do Sul: SP, 2020.

SÁ-SILVA, J. R. *et al.* Pesquisa Documental: Pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, n. I. 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIGNORINI, I. Do residual ao múltiplo e ao complexo: O objeto da pesquisa em Linguística Aplicada. In.: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1998. p. 99-110.

SOUSA, L. A. B. de; GRAUPE, M. E.; LOCKS, G. A. Políticas públicas de gênero no contexto escolar: percepções de orientadoras educacionais. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p.197-213, 2019.